

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DE CLASSE: CONTRIBUIÇÕES DA VIA CAMPESSINA EM PROCESSOS EDUCATIVOS AGROECOLÓGICOS NA AMÉRICA LATINA

Aparecida do Carmo Lima - Movimento Sem Terra – MST
Judite Stronzake - Escola Nacional Florestan Fernandes

jstronzake@yahoo.es

Janaina Stronzake - Movimento Sem Terra – MST
janaina@mst.org.br

8. Contribuições dos Movimentos Sociais para a educação dos trabalhadores: crianças, jovens, adultos e idosos
(espaços formais e não formais)

Resumo: O objetivo deste texto é analisar a constituição das experiências de educação construídas pelos trabalhadores/as do campo, organizados na Via Campesina Internacional, com atuação na América Latina. Por meio de análise documental e observação participativa, buscamos explicitar a articulação dos sujeitos sociais pertencentes aos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC), com destaque suas iniciativas conjuntas para propiciar a educação e a formação humana, política e técnica de seus membros e de militantes de outros movimentos, como os urbanos. A Via Campesina Internacional qualifica as trabalhadoras e os trabalhadores do campo para atuarem de forma consciente nos processos da organização política e econômica nas comunidades camponesas, nos quais se inclui a agroecologia, com clara posição de classe e ação de enfrentamento ao capital.

Palavras-chave: Movimentos Sociais do Campo, La Via Campesina, Formação em Agroecologia, Educação no Campo

Considerações iniciais

O presente trabalho aborda processos formativos em Agroecologia organizados e conduzidos pelos trabalhadores e trabalhadoras organizados na Via Campesina Sulamericana, sua relação com o sistema capitalista global, e suas contribuições na formação de uma identidade de classe trabalhadora latinoamericana.

A Via Campesina (LVC) é composta por mais de cem movimentos sociais camponeses, em quase 80 países, nos cinco continentes. São movimentos de sem terras, assalariados rurais, pequenos camponeses/as, pescadores, indígenas, mulheres, jovens, congregando cerca de 300 milhões de pessoas em todo o mundo (sitio LVC; ROSSET, 2005, p.1).

No Brasil, integram a Via Campesina: Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal (Abeef) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Para realizar o presente trabalho, utilizamos o método histórico e dialético, com análise de documentos, revisão bibliográfica e observação participativa. Utilizamos relatórios de atividades sistematizados pelas Coordenações Político Pedagógica (CPP) e cartilhas de sistematização de experiências.

Na singularidade da nossa América Latina, dentro da luta permanente dos povos contra a dominação do capital global está à luta política para alterar as estruturas educacionais, de maneira que a maioria da população – os trabalhadores e trabalhadoras – tenha o acesso à educação. A classe trabalhadora organizada em Movimentos Sociais reivindica condições dignas de vida, e luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade; essa exigência é assumida pelos MSPdoC vinculados à Via Campesina e à Coordenação Latina Americana das Organizações do Campo – CLOC. Estas duas organizações foram criadas no mesmo período histórico neoliberal, e se tornaram mais do que ferramentas na luta dos trabalhadores/as do campo, pautando temas inerentes ao cotidiano da humanidade, como a educação específica a cada realidade, a alimentação saudável, suficiente e soberana, entre outras.

É nessa materialidade que os sujeitos coletivos do campo latino americano rearticularam linhas políticas e a unidade política na luta permanente contra o sistema do capital. Tecemos a nossa contribuição na apresentação de alguns processos educativos da Via Campesina, que acontecem em espaços e tempos distintos, através de encontros, cursos formais e não formais, seminários e conferências, com foco nos espaços e cursos que promoveram o debate, a pesquisa e a formação da agroecologia, sua importância, concepções e abordagens.

Nesse trabalho abordamos elementos do contexto histórico contemporâneo da sociedade, da política hegemônica do sistema capitalista e a sua relação com a educação. Num segundo momento, as principais linhas políticas orientadoras de unidade política objetivando ações conjuntas dos MSPdoC da Via Campesina Sulamericana e seus processos educativos. Terminamos com algumas considerações sobre a contribuição da Via Campesina no processo

de construção de identidade de classe entre o campesinato na América Latina, através dos sistemas educativos.

A relação entre o sistema capitalista e a educação no campo

A sociedade capitalista apresenta contradições nas relações sociais de produção, que abrange a cultura, a educação, as relações humanas. Na análise de Mezáros (2002, p.1029), o sistema global atual, sócio-metabólico do capital, tem alterado radicalmente as relações sociais de produção, a cultura e a política.

Na atual mundialização do capital, chamada de fase de financerização da economia (ALVES, 2001), o sistema produz e reproduz uma realidade no campo e na cidade de profundos contrastes sociais, educacionais, ambientais, econômicos. Vivenciamos a não promoção de rupturas, ao contrário, ocorre uma qualificação do desenvolvimento do capital, que transforma em mercadorias até mesmo elementos naturais, como a água e o ar. Segundo Alves, a principal característica do sistema capitalista nessa fase é a hegemonia do capital financeiro, é o sistema de metabolismo social da produção destrutiva, “uma nova forma de sócio-metabolismo, o *sócio-metabolismo da barbárie* com características específicas (...). A mundialização do capital expõe com vigor a lógica destrutiva do capital. Ela se manifesta através do desemprego de massa e da miséria física e espiritual das massas¹ (2007, p.179-180)”.

O movimento internacional do capital incide, em maior ou menor grau, sobre as estruturas e conjuntura de América Latina. De acordo com Mezáros, o sistema global capitalista situa-se num processo de transição histórica planetária, no entanto, o capital constitui um sistema mundial altamente contraditório, sendo seu domínio “fundado no atual sistema da divisão do trabalho, que não pode ser abolido apenas por um ato político, mesmo que radical e livre de ‘degeneração’, prevalece assim durante uma parte significativa do período de transição. (2002, p.1029).

As contradições do capital já foram apontadas por Marx (2006), indicando como a exploração fica ‘escondida’, o humano se torna mercadoria e a mercadoria adquire vida através do processo de fetichização (2006, p. 92), com uma tendência à barbarização da sociedade. Alves afirma que “no século XXI, a barbárie social deixou de uma possibilidade

¹ Grifos no original.

concreta (socialismo ou barbárie), para tornar-se a própria forma de ser da civilização do capital. (2007, p.176).

A crise financeira, que pelo menos desde 2008 se manifesta concretamente em campos como o alimentício, é manifestação de uma crise estrutural de reprodução do capital, com seus componentes de superprodução de uma sociedade de mercadorias (Alves, 2007); tem repercussões na esfera educacional em todos os países. Ou seja, as crises econômicas causam impactos na área educacional.

O capitalismo vem construindo organicamente a sua hegemonia, uma vez que “a financeirização não é apenas uma política ou uma ideologia, mas também é uma cultura hegemônica do sistema do capitalismo global, constituindo uma cultura dominante (Alves, 2007, p. 183). Como parte dessa relação, tem-se a criação de artefatos e instituições que desempenham funções importantes visando à reprodução da ideologia dominante, seja através da política, da cultura, da educação, da ciência e da tecnologia.

Mészáros explica que “a mistificação político-ideológica não se alimenta de si mesma (se assim fosse, seria relativamente fácil suplantá-la), mas de uma contradição objetiva da base socioeconômica” (2002, p.1026). A ação humana, por intermédio do trabalho em intercâmbio com a natureza, é condição para a produção da existência social e de educação. Contudo, na sociedade capitalista, o trabalho humano sofreu alterações e se tornou uma coisa estranhada ao sujeito social, sendo ele expropriado das condições materiais e cultural torna-se um ser alienado da sua condição história. Portanto é na sociedade moderna capitalista que o trabalho humano tornou-se uma mercadoria (ALVES, 2007; MARX, 2006).

As relações sociais de produção capitalista, a organização social dos trabalhadores, a consciência de classe, o trabalho pedagógico de desvelamento da dominação e a práxis, enfim a educação dos trabalhadores são espaços-territórios de atuação da Via Campesina. Com as alterações ocorridas na atualidade, o campo latino americano não permaneceu imune, alguns aspectos estão presente no território por intermédio das empresas transnacionais que representa a reestruturação e a expansão sistêmica do capitalismo global na tentativa de superação da profunda crise estrutural do modo de produção capitalista, que se tornou mais visível a partir de meado dos anos de 1970.

No século XXI, os trabalhadores/as camponeses criaram a Via Campesina Internacional como um instrumento político capaz de aglutinar forças na luta contra o sistema global capitalista. De acordo com Rosset, a Vía Campesina “es autónoma, pluralista e independente de afiliaciones políticas, económicas o de cualquier otro tipo. Está organizada

en ocho regiones: Europa Occidental y Oriental, Asia del Noreste y del Sureste, Asia del Sur, Norteamérica, Sudamérica, Centroamérica, el Caribe y África” (2005, p.8).

Na atualidade, período sócio-metabolismo da barbárie, de acordo com Alves, podem ser identificados em alguns aspectos, “como a crise estrutural do desemprego de massa, precarização do trabalho, obstáculos à organização sindical e política do proletariado. Além da forte influencia na fragmentação de classe” (2007, p. 177). E também com o forte poder da ideologia dominante através da “sociedade em rede”, nova ideologia e atitudes de valores, perspectivas e utopias de mercado se proliferam nas instâncias sociais (através de conteúdos da mídia da industrial cultural, da literatura e das redes sociais) e instituições (idem, p. 203). Especificamente a educação tem contribuído para sedimentar e reproduzir a ideologia dominante, e, portanto, a reprodução social, por meio da ofensiva ideológica.

Na análise de Meszáros, os sujeitos sociais que tenham ideologias críticas que busquem articular interessem das classes subordinadas, devem negar totalmente o sistema capitalista, “suas determinações objetivas e às instituições de controle socioeconômico e político-cultural” (2002, p.1033).

Sendo os trabalhadores o sujeito importante na construção de mediações necessárias para a transição e ao assumirem como perspectiva e alternativa um projeto socialista, existe o risco de criar mediações falsas aos propósitos, podendo, por equívoco, criar instrumentos políticos para “humanizar o capital”, e não para superá-lo.

Nessa perspectiva, o esforço é dobrado, diante do desafio histórico, salienta Mészáros, de nada adianta a crítica pela crítica e negação do sistema, há que se dispor para construir no bojo das relações capitalista, alternativas embrionárias do projeto socialista que se almejam.

Por isso, o projeto socialista não pode se contentar com a negatividade da revolução política, embora ela seja necessária, mas deve lutar pela revolução social intrinsecamente positiva, no decorrer da qual os indivíduos associados podem “mudar de cabo a rabo as condições de sua existência industrial e política e, conseqüentemente, toda a sua maneira de ser (Marx)”. (MÈZÁROS, 2002, P.1034).

Numa sociedade que tem por objetivo o lucro, priva e defendem os princípios do individualismo, da competitividade, a relação entre educação e emancipação não se constituem e não tem vínculo orgânico. Contudo a sociedade capitalista diante das suas crises cíclicas, sempre criou as condições para redesenhar e conformatar o seu projeto societário. As principais estratégias que tem contribuído para reprodução do capital e das relações sociais na atualidade são o conhecimento e a tecnologia que se constituem como força produtiva, a hegemonia da cultura dominante, os meios de comunicação de massa e a instituição escolar.

Principalmente a educação escolar tem contribuído significativamente para a reconfiguração e reprodução social do capital. Pois a educação na sociedade capitalista se constitui como um instrumento político em disputa, a exemplo das formulações de políticas educacionais direcionadas pelo interesse de grupos e empresas integradas ao sistema do capital. No mundo globalizado, as idéias neoliberais criam raízes na vida material e cultural, as relações sociais cada vez se reproduzem reafirmando os anti-valores, as ações dos sujeitos não é pautado sob priori da construção de projetos alternativos coletivos que buscam a superação das condições materialmente desiguais.

Sabemos que a educação como conceito amplo esta relacionada com os processos da produção da vida, mas quando vinculamos a dimensão da educação em âmbito escolar, faz se necessário garantir um dos objetivos desta instituição, que é a socialização do conhecimento histórico produzido pela humanidade, os saberes científicos, técnicos, cultural e tecnológico.

Para Mészáros é preciso romper com os processos de interiorização do capital, os quais perpassam a dimensão da produção da vida, do trabalho, ou seja, relação entre educação e processos emancipatórios está interligados com as formas de organização e relação de trabalho. Assim, a construção de uma educação interligada com o processo de emancipação, é uma tarefa histórica e coletiva.

Analisamos que os processos educativos em construção na Via Campesina têm vínculo com os anseios de uma educação para a emancipação humana, ou seja, uma educação para além do capital (MÈZÁROS, 2005), aja visto a intrínseca relação nos processos sociais da produção da vida e os processos de educação do ser humano. Salienta Mészáros (2005) que faz se necessário universalizar materialmente o trabalho, pois esta dimensão é indissociável da educação no sentido amplo, e que, portanto, tem com o compromisso com a transformação social

No contexto sócio econômico e cultural dos povos latino americano, essa questão esta articulada com a luta pela conquista dos meios de produção, sendo um meio, a conquista da terra e a luta para manter-se nela trabalhando e educando-se. Considerando diversas iniciativas e experiências em construção pelos sujeitos trabalhadores na América Latina, nesse trabalho coloca-se em destaque a contribuição da Via Campesina da América Latina, na tarefa da internacionalização da educação como ferramenta de construção de identidade de classe. Na continuidade, elencamos elementos orientadores que embasam a discussão desse trabalho.

Medições na experiência da organização popular e a formação em Agroecologia na Via Campesina Sulamérica

Considerando diversas iniciativas e experiências em construção pelos sujeitos trabalhadores na América Latina, nesse trabalho abordamos possíveis contribuições da Via Campesina Sulamérica, na tarefa da internacionalização da educação como ferramenta de construção de identidade de classe.

Nessa perspectiva, as principais linhas de atuação foram se forjando em sua construção histórica a partir de lutas, encontros, conferências, congressos regionais, oficinas, intercâmbios, cursos de formação política e profissional, acampamentos, ocupações, marchas etc.

Conforme descrito no documento *Via Campesina: a articulação internacional dos camponeses* (Via Campesina, s/d), as linhas de atuação são: a) Luta pela reforma agrária e mudanças sociais no campo: sustentadas por uma mudança do modelo econômico, social e político vigente; b) Soberania alimentar e comércio internacional: com produção de alimentos diversificados e saudáveis (produção agroecológica), buscando planificar e regulamentar a produção para comercialização dos mesmos construindo uma política agrícola alternativa à desenvolvida pela Organização Mundial do Comércio (OMC); c) Agricultura camponesa sustentável; d) Biodiversidade, biosegurança e recursos genéticos: reconhecendo e respeitando a imensa diversidade humana, cultural, de ecossistemas, e de sistemas produtivos, bem como a necessidade de busca dos direitos do agricultor e da agricultora no acesso aos meios, investigações e políticas que conservem a biodiversidade e projetem a soberania alimentar; e) Gênero e Direitos Humanos: buscando os princípios da participação da mulher nos espaços de tomada de decisões, bem como a defesa dos direitos civis e políticos, rechaçando qualquer tipo de violência cometida.

Entendemos que estas linhas de atuação da Via Campesina podem ser consideradas como elementos de um programa de luta. A luta contra os agrotóxicos, por exemplo, não é uma campanha, mas uma tática estratégica na luta contra as transnacionais, que representam os interesses da classe portadora de capital no campo latino americano.

Para tanto, as linhas de atuação são relevantes na construção de processos educativos e demais experiências dos movimentos sociais articulados na Via Campesina Internacional. Na especificidade deste trabalho, nossa atenção é sobre suas iniciativas conjuntas para a formação político-profissional de militantes e quadros dirigentes, diante da necessidade desses trabalhadores formarem seus próprios intelectuais orgânicos e sua base. A educação no sentido amplo é uma ferramenta primordial no processo de reconstrução dos sujeitos que vivem do trabalho, pois os processos de produzir a vida e de se educar são simultâneos.

Alguns cursos/atividades de formação realizados são: a) Cursos de formação política e humana, que têm de caráter informal, sem exigência de escolaridade, como por exemplo, o Acampamento Latinoamericano de Jovens, realizado há 13 anos, o Curso Cone Sul, com 14 anos de existência e organizado em caráter itinerante, e os Cursos Formação de Formadores e Teoria Política Latina; b) Cursos de formação técnica, política e humana, como cursos realizados nos Institutos de Agroecologia (com a exigência de determinado nível de escolaridade, de caráter formal e legal).

De acordo com o exposto acima, os cursos/atividades de formação, são organizados e acontecem nos espaços, que são: os Centros/ Escolas de Formação em Agroecologia no MSPdoC no Estado do Paraná, Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), o Instituto Agroecológico Latinoamericano (IALA) Guarani no Paraguai, e a IALA Paulo Freire, na Venezuela; c) Jornadas de Agroecologia; d) Acampamentos de Juventude; e) Atividades de formação de base e militantes, com várias iniciativas (VIA CAMPESINA..., 2012).

Faz parte do processo de formação de militantes e quadros, outros processos, tais como; a) cursos formais – associados à Educação Profissional nos níveis Fundamental, Médio, Superior, Especializações e Pós-Graduação – na Formação dos Educadores e Educadoras; b) Podem ser acrescentados os processos formativos desenvolvidos em Cursos Formais e Informais nos Centros/Escolas de Formação do MST, conduzidos pela Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

A necessidade de priorizar processos de formação para estas organizações tem sido apontada, através dos documentos da Via Campesina (2010), de maneira incisiva e contundente, como parte fundamental para avançar numa interpretação adequada da realidade em que se atua, bem como de relacionar as lutas concretas às teorias que permitam clarear e vislumbrar as diferentes tendências e interpretações dos problemas vivenciados na atualidade.

[...] a importância da subjetividade na elaboração histórica ao demonstrar que o processo revolucionário não se reduz às dimensões econômicas e políticas, mas entrelaça-se à realização de trabalhos pedagógicos capazes de sedimentar a consciência de classe dos trabalhadores. Revela que os conselhos de fábrica, os partidos e as associações proletárias desempenham papel importante na formação política dos trabalhadores, na medida em que desenvolvem atividades pedagógicas que funcionam como elemento de denúncia e crítica à sociedade capitalista. (OLIVEIRA E FELISMINO, 2008, p.02)

Considera-se também, desde uma leitura do texto *Risorgimento* de Gramsci, no qual afirma que “não existe uma classe independente de intelectuais” e que “todo grupo social tem

uma própria camada de intelectuais, ou tende a formar uma para si” (2002, p. 64), essa reflexão têm uma intrínseca relação com as políticas de formação da Via Campesina Internacional (2010). Em consonância com sua necessidade de forjar quadros dirigentes de suas organizações que tenham domínio de conhecimentos científicos político-profissionais vinculados a seu próprio programa de luta e/ou com vistas ao avanço deste e mesmo de sua concretização.

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo *faber* do homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. [...] O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, [...]. (GRAMSCI, 1982, p. 6-7).

Assim, a construção de uma contra-hegemonia dominante através da luta dos trabalhadores perpassa, em seu aspecto ideológico, pela construção de políticas de formação que possam organizar ações pedagógicas que possibilitem elaborar criticamente a atividade intelectual, a esclarecer as relações de dominação, a sedimentar a consciência, na busca de forjar homens-coletivos desde sua atuação coerente e unitária: intelectuais forjados no próprio seio da classe trabalhadora.

De acordo com o relatório de atividades da Comissão de formação e educação da Via Campesina Internacional (2010), dentre as diversas atividades relatadas no período de janeiro de 2008 a novembro de 2009, foram citados encontros, cursos, seminários e conferências que promoveram o debate acerca da agroecologia, sua necessidade, concepções e abordagens, demonstrando fortemente ser uma linha de atuação desta organização. Todavia, os processos de formação de militantes e quadros realizados pela Via Campesina, é parte da necessidade real dos MSPdoC no intuito de qualificar a força social popular na perspectiva da transformação social. E também, as discussões a cerca da Agroecologia estão interligadas com o contexto das relações de produção existentes, com as transformações do processo de trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas.

O debate e a apropriação da agroecologia é uma construção recente que ganha maior projeção a partir dos anos de 1980. Em resumo, ela constitui um conjunto de conhecimentos sistematizados, técnicas e saberes dos povos originários e camponeses “que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram

desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura” (LEFF, 2002, p. 42). Nessa perspectiva, a agroecologia se insere em propostas de ações sociais coletivas que buscam superar o modelo do agronegócio, apontando, assim, para processos de organização social que se orientam pela luta política e transformação social (GUHUR; TONÁ, 2012).

A construção de processos de produção sob princípios da Agroecologia tem vínculo com o anseio e a necessidade de um Projeto Popular para o Campo, já que a agroecologia insere-se como parte das possibilidades concretas de os seres humanos forjarem novas relações de sociabilidade, cultura e conhecimento. Entendemos, todavia, que ela por si só não tem a força para materializar a tarefa histórica de edificar a sociedade socialista: “tal sociedade perderá sentido e força humanizadora se tal projeto não incorporar a agroecologia e realizar uma radical crítica ao modelo produtivista do capital” (MARTINS, 2009, p. 37).

As principais iniciativas práticas em construção pelos MSPdoC articulados a Via Campesina Sulamérica, englobam a produção de alimentos saudáveis, produção de sementes agroecológicas, manejo ecológico do solo, recuperação de áreas degradadas e a formação permanente e ampla em Agroecologia.

Nessa perspectiva, a Agroecologia exige conhecer a dinâmica da natureza, e ao mesmo tempo agir para sua transformação. É condição para a sua promoção que o camponês/camponesa assuma uma posição ativa, de pesquisador das especificidades de seu agroecossistema, que busque desenvolver tecnologias apropriadas às condições locais de solo, relevo, clima, vegetação, interações ecológicas e também sociais, econômicas e culturais, e o técnico-militante-educador em Agroecologia têm por tarefa apoiá-lo nesse processo. Portanto, a criação das redes de escolas [conhecido por Institutos] de Agroecologia, como parte do protocolo de intenções assinado no Fórum Social Mundial na cidade de Porto Alegre no ano de 2005, têm por objetivo, contribuir na formação dos povos latinos americanos através da educação profissional e tecnológica em agroecologia. Por exemplo, o IALA Paulo Freire, na Venezuela, teve a experiência de editar o documento reitor (documento construído desde as organizações da Via Campesina e o Ministério de Poder Popular para a educação superior).

A criação da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) resultou da assinatura de um protocolo de intenção entre os dirigentes da Via Campesina Brasil, da Via Campesina Internacional, do governo do Estado do Paraná na gestão de Roberto Requião, do Governo da República Bolivariana da Venezuela e da Universidade Federal do Paraná, em

Tapes no Rio Grande do Sul, no V Fórum Social Mundial em janeiro de 2005. Tal protocolo tinha por objetivo “o desenvolvimento de diferentes atividades conjuntas, de cooperação técnica, relacionada à soberania alimentar das nações” (CEAGRO, 2009). Algumas das definições e intenções foram:

defender os princípios da soberania alimentar dos países e dos povos; proteger e multiplicar sementes crioulas e valorizar a agricultura camponesa; buscar técnicas agrícolas adequadas ao ambiente e que promovam a qualidade dos alimentos. (...) Considerando as sementes como patrimônio dos povos e devem estar a serviço de toda a humanidade, comprometem-se a estimular o intercâmbio científico entre seus pesquisadores, técnicos, especialistas e sábios locais das comunidades indígenas e camponesas. Promover o intercâmbio de sementes e técnicas de produção entre as famílias camponesas e instituições de pesquisa dos países, assegurando que nenhuma parte dessas informações e patrimônio será objeto de qualquer forma de patenteamento ou propriedade intelectual, promovendo a integração e a mútua colaboração entre os governos e povos da América Latina. (CEAGRO, 2009, p. 9-10)

Conforme informações organizadas pela ELAA, o trabalho realizado pelos sujeitos individualmente e pelos sujeitos coletivos visa concretizar processos formativos em agroecologia na materialidade da vida no campo.

Na construção dos processos educativos, tem-se constituído tentativas diversas de registro e sistematização de experiências agroecológicas, incluindo os trabalhos dos educandos e educandas com as comunidades objetivando a motivação e construção de processos de transição da Agroecologia (ELAA, 2009; ACAP, 2011).

Outras experiências sistematizadas (ELAA, 2009; CEAGRO, 2009) demonstram que existem escolas formais (com vínculo à escolarização) e outras não-formais ou livres (não necessariamente vinculadas a um grau de escolaridade). Dessas pode-se citar as iniciativas em nível de Educação Média concomitante com a Educação Profissional Tecnológica, a Educação Superior (Tecnólogo Superior e também a Graduação) realizada com os Institutos Federais e Universidades. Estes cursos e programas geralmente são organizados em parcerias ou acordos da Via Campesina Internacional com outras instituições (Escolas, Universidades ou Governos) que possibilitam a admissão de educandos (as) oriundos de organizações sociais do campo.

Quanto às iniciativas já concretizadas no MSPdoC e Via Campesina no Brasil, existem os Centros e Escolas de formação do Movimento Sem Terra (MST) no Paraná, que são: Escola Iraci Salete Stronzake (em Cantagalo), Escola Irene Alves dos Santos (em Rio Bonito do Iguaçu) – ambas interligadas ao Centro de Desenvolvimento Sustentável e

Capacitação em Agroecologia (CEAGRO); Escola José Gomes da Silva interligada ao Instituto Técnico e Pesquisa da Reforma Agrária - ITEPA (em São Miguel do Iguaçu), Escola Milton Santos (em Maringá) e Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA (no município da Lapa). Nesses espaços, os Cursos Técnicos em Agroecologia são oferecidos nas seguintes modalidades: Técnico em Agroecologia Ensino Médio Integrado, Técnico em Agroecologia/Educação de Jovens e Adultos, Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, Tecnólogo em Agroecologia, Técnico em Agroecologia com ênfase em Sistemas Agroflorestais e Técnico em Agroecologia com Habilitação para a Produção de Leite.

Na Escola José Gomes da Silva, foram realizados cursos, de formação técnica, política e organizativa; sendo 4 turmas Curso Prolongados numa média de 100 participantes cada turma, com duração de três meses; 4 turmas cursos Técnicos de Agroecologia, na média de 60 dias; com duração de 30 dias, o Curso Cone Sul (Turma VI e VII com 100 militantes cada, dos seguintes países: Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Estados Unidos, Espanha, Equador, Uruguai e Brasil; Curso Técnico em agropecuária, com ênfase em agroecologia, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), estudantes oriundos do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, e também do Paraguai e Argentina, e uma experiência do Curso Técnico em Saúde Comunitária.

Outras conquistas e processos em construção são os Institutos de Agroecologia - IALAS (Educação Superior) como o IALA Paulo Freire (Instituto Universitário Latino-americano de Agroecologia Paulo Freire) localizado na Venezuela, no estado de Barinas, o IALA Guarani, localizado no Paraguai, e o IALA Amazônico, localizado em Marabá, no estado do Pará.

A Escola Latino Americana de Agroecologia - ELAA, ao realizar um balanço de nove anos de trabalho político organizativo canalizado na construção de processos produtivos e formativos em agroecologia, sintetiza importantes elementos,

[...] o MST e La Vía Campesina já dispõem de 11 escolas técnicas de nível médio em Agroecologia, e no nível universitário tem-se a Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA e o Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia em parceria com a UNEMAT – Universidade Estadual do Mato Grosso. Na Venezuela em parceria com o Governo, foi criado o IALA – Instituto de Agroecologia Latino Americana – Paulo Freire, que recebe educandos e educandas de vários países latino-americanos, e já se encontram em avançado processo de constituição o IALA Guarani, no Paraguai e o IALA Amazônico, no Estado do Pará (ELAA, 2009, p. 8)

Quanto às atividades pedagógicas de caráter não-formal, é realizada a formação de mulheres, cursos de formação de formadores, cursos de formação de militantes do Cone Sul, Cursos da Teoria Política Latino americana realizada pela e na Escola Nacional Florestan Fernandes, na cidade de Guararema no Estado de São Paulo. E também, em 2011, aconteceu o Curso de Formação Política e Agroecologia – intercâmbio das organizações da Via Campesina Brasil e Via Campesina do Haiti, no período de 31 de março a 17 de agosto de 2011 na Escola Milton Santos de Formação em Agroecologia, em Maringá no Paraná.

Verificamos que a Via Campesina Internacional qualifica as trabalhadoras e os trabalhadores do campo para atuarem de forma consciente nos processos da organização política e econômica nas comunidades camponesas, nos quais se inclui a agroecologia, com clara posição e ação de enfrentamento combativo ao capital no território latino americano. A educação promovida pelos movimentos sociais da Via Campesina é parte da luta de classes, onde se figuram como antagonistas as grandes empresas transnacionais, e onde se efetiva a defesa de toda a classe trabalhadora.

Considerações Finais

Identificamos que a Via Campesina, com destaque para os processos e experiências conduzidas pelo MST, qualificam seus militantes e quadros políticos e técnicos para atuarem de forma consciente nos processos de avanço da organização política e econômica, nos quais se inclui a agroecologia, com vistas a superar a histórica desigualdade de classes. Os Centros/Escolas de Formação, os Institutos de Agroecologia são espaços que vem sendo aprimorado para a realização de cursos de formação em Agroecologia e de outras práticas educativas, e estão postos na estratégia de formação dos sujeitos Sem Terra críticos e ativos na sociedade.

Compreendemos que as ações políticas promovidas pelos Movimentos Sociais Populares do Campo e a Via Campesina, somam-se para o acúmulo de forças da luta de classe na atualidade e são mediações necessárias no interior dos processos sociais que almejam a superação do modo de produção capitalista.

Ainda que construídas por e dedicadas à população do campo, em luta direta contra o agronegócio, os processos educativos da Via Campesina e do MST incidem sobre as condições de vida de toda a sociedade, como anotamos a seguir.

Um primeiro impacto é na elevação do nível educativo de sujeitos que afetam seus entornos. Como ensinou José Martí, só podemos ser livres se tivermos educação e cultura. Cada campesina/campesino formado nas escolas descritas leva para suas comunidades um mundo novo de saberes, que se conjugam e valorizam os saberes e história dessas comunidades, construindo novas práticas e novas relações sociais.

Outro aspecto é a defesa dos bens comuns da humanidade, como a terra, a água, as sementes, a biodiversidade. Os movimentos sociais defendem que não podem ser tratados como mercadoria, defendendo assim o interesse da humanidade.

Um terceiro ponto, que trata também das estruturas sócio-econômicas, é a proposta da soberania alimentar como o direito de todos os povos a decidir o que comer, quanto comer, como comer, elevando os aspectos culturais da alimentação, e o empoderamento das comunidades, recusando o controle alimentício que as empresas transnacionais buscam construir.

Considerando que a educação pode ser meio de dominação, ela é também fundamental no processo de libertação da humanidade do jugo do capital, como ferramenta de construção de novos homens e novas mulheres, que, dentro desse mesmo processo, vão se construindo e construindo uma nova sociedade.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. *Dimensões da globalização: o capital e suas contradições*. Londrina: Práxis, 2001.

_____. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2ª edição - Londrina: Editora Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ACAP (ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E REFORMA AGRÁRIA DO PARANÁ). *Nossa História*. Agroecologia e as Escolas de Formação no Paraná. TONÁ, Nilciney, QUEIROZ, Joelma, G. (Coord.). MST. Curitiba - Paraná, 2011.

CEAGRO (CENTRO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPACITAÇÃO EM AGROECOLOGIA). *Projeto de rede de educação e pesquisa popular em agroecologia*. Canta Galo, 2009, 23 f, digitado.

ELAA (ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA). *ELAA: Experiências camponesas de Agroecologia*. Imprensa Oficial Governo do Estado do Paraná: Curitiba, 2009.

GUHUR, Dominique M. P.; TONÁ, Nilciney. *Agroecologia*, In: Pereira, Isabel B; et. alli (Coord.). *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LEFF, Enrique. *Agroecologia e saber ambiental*, In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan./mar.2002.

MARTINS, Adalberto. *Agroecologia: modelo que une alimentos saudáveis e luta por Reforma Agrária*. In: *Revista Sem Terra*, Especial Agroecologia, São Paulo, 2009. p. 36-43

MARX, Karl. *O Capital – O processo de produção do capital*, Livro 1, Volume 1, 23ª Edição, Trad. Reginaldo Sant’Anna, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MÈZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *A educação para além do capital*. Trad. de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, Thiago Chagas; FELISMINO, Sandra Cordeiro (2008). *Formação Política e Consciência de Classe no Jovem Gramsci (1916 - 1920)*. In: *VI Seminário do Trabalho*. Marília, São Paulo.

ROSSET, Peter. *¿Qué es la Vía Campesina?*. 2005. p. 7, mimeo.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL, *Comissão de Agricultura Camponesa Sustentável* (2010). *La Via Campesina*, In: *Relatório de Atividades - Outubro de 2008 a Agosto de 2010*. São Paulo, 2010. 18 p., mimeo.

VIA CAMPESINA. *Cartilha Via Campesina: A Articulação Internacional dos Camponeses*. Documento [s/d]. 28 p.

_____. *Organização do Processo de Sistematização de algumas experiências de Formação e Educação Política e Agroecologia*. Via Campesina da América do Sul. Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Relatório de Atividades. Junho de 2012. São Paulo, 2012. 6 f. digitado.